

RECURSO ESPECIAL Nº 1.457.387 - RS (2014/0129844-0)

RELATOR : **MINISTRO MARCO BUZZI**
RECORRENTE : SETA S/A - EXTRATIVA DE TANINO DE ACÁCIA
ADVOGADOS : GEORGE RICARDO GRADIN - RS037666
SOLAINÉ MARTINY DE ALMEIDA E OUTRO(S) - RS073599
RECORRIDO : JORGE ALBERTO KIRSCH
RECORRIDO : FELIPE BERLITZ
RECORRIDO : PLENA-PLANEJAMENTO ENGENHARIA E ARQUITETURA
LTDA
ADVOGADO : CLARISSA SANTOS LUCENA E OUTRO(S) - RS048236

DECISÃO

Cuida-se de recurso especial interposto por SETA S/A - EXTRATIVA DE TANINO DE ACÁCIA, fundamentado no artigo 105, inciso III, alínea "a", da Constituição Federal, no intuito de reformar acórdão (fls. 83/93, e-STJ) proferido pelo TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, assim ementado:

AGRAVO DE INSTRUMENTO E AGRAVO RETIDO. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. PERÍCIA POR ENGENHEIRO REALIZADA DE ACORDO COM O PEDIDO INICIAL DA PARTE AUTORA. REALIZAÇÃO DE PERÍCIA CONTÁBIL. DESNECESSIDADE. AUSÊNCIA DE CERCEAMENTO DE DEFESA. DECISÕES MANTIDAS. UNÂNIME. RECURSOS DESPROVIDOS

Opostos embargos de declaração (fls. 98/100, e-STJ), estes foram rejeitados (fls. 102/106, e-STJ).

Em suas razões de recurso especial (fls. 111/121, e-STJ), o recorrente aponta ofensa aos seguintes dispositivos de lei federal: **a)** artigo 535, do Código de Processo Civil de 1973, sustentando, preliminarmente, a nulidade do acórdão por negativa de prestação jurisdicional visto que o Tribunal não se manifestou sobre ponto essencial para o deslinde da controvérsia, qual seja a motivação da não incidência de encargos de mora sobre o cálculo apresentado; **b)** artigo 475-D do CPC/73 e 405 do Código Civil, suscitando, quanto ao artigo 475-D, que o juízo de origem aplicou a liquidação por arbitramento e o Tribunal a modificou para liquidação por cálculos, alegando, ainda, que a decisão não observou que os recorrentes apresentaram os cálculos atualizados apenas para auxiliar o perito. No que diz respeito ao artigo 405 do Código Civil de 2002, defendeu que os efeitos da mora deveriam incidir sobre todo o débito.

Contrarrazões (fls. 130/138, e-STJ).

Em juízo prévio de admissibilidade, admitiu-se o processamento do recurso especial (fls. 140/144, e-STJ).

É o relatório.

Decido.

O recurso não comporta provimento.

1. Afasta-se, de início, a alegação de negativa de prestação jurisdicional. Não se verifica ofensa ao artigo 535 do CPC/73 quando o tribunal decide, de modo claro e fundamentado, as questões essenciais ao deslinde do feito. Ademais, a corte estadual não está obrigada a se pronunciar sobre todos os pontos invocados pelas partes, apenas aqueles necessários à solução da lide, conforme a jurisprudência deste STJ.

Nesse sentido, citam-se os seguintes precedentes deste Superior Tribunal de Justiça: **AgInt no REsp 1545617/SC**, Rel. Ministro BENEDITO GONÇALVES, PRIMEIRA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 18/10/2016; **AgInt no REsp 1596790/SP**, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 06/10/2016, DJe 20/10/2016; **AgInt no AREsp 796.729/MT**, Rel. Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO, TERCEIRA TURMA, julgado em 01/09/2016, DJe 12/09/2016; **AgRg no AREsp 499.947/RS**, Rel. Ministro MARCO BUZZI, QUARTA TURMA, julgado em 13/09/2016, DJe 22/09/2016.

Alegou a recorrente que o acórdão impugnado restou omissos "sobre o motivo pelo qual não deveriam incidir encargos de mora sobre o cálculo apresentado". Quanto a esse ponto, a Corte estadual, expressamente consignou que, conforme análise da perícia, o valor deveria ser aquele do mercado atual, com incidência de encargos após essa definição. (fl. 90-91 e-STJ, grifos diferentes no original):

O perito manifestou-se (fls. 1195-1210), trazendo a seguinte conclusão:

Veja-se que o segundo laudo pericial e também o terceiro, verificou que existiam serviços que foram realizados pela parte autora porém não foram assegurados pela sentença conquistada pela parte autora as fl. 522, sendo esse o motivo da delonga do decurso do tempo e da necessidade de dirimir dúvidas, derradeiramente separando os serviços indenizáveis e não indenizáveis, no último trabalho pericial.

Desse modo, entende a presente perícia, que o tempo de aproximadamente 14 anos, alegado, tecnicamente não merece reforma das planilhas orçamentárias, pois as causas de maior tempo de dilação técnica foi devido a necessidade da segunda e terceira perícia, que constatou que a autora realmente não tomou os cuidados necessários para comprovar e contratar somente os serviços pertinentes autorizadas pela sentença, dando assim, causa os trabalhos periciais e a delonga dos trabalhos.

Nessa linha, entende a presente equipe de perícia, que não deva utilizar-se nos custos da época da sentença e aplicar sobre este incidências de mora com correção monetária e juros legais, devendo ser o valor de mercado atual, como proposto no laudo pericial, claro que após a entrega do laudo, opina pela devida correção, a critério do juízo

Verifica-se, conforme os trechos citados, que o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul decidiu de modo fundamentado as questões essenciais ao deslinde da controvérsia. Afasta-se, portanto, a alegada violação ao artigo 535 do CPC/73.

2. Inviável admitir o apelo no que toca às alegações de afronta aos artigos 475-D do CPC/73 e 405 do Código Civil, relacionadas a modificação da modalidade de liquidação e correspondente modo de incidência dos encargos de mora, pois essas teses não condizem com o modo como o acórdão recorrido tratou a controvérsia a ele submetida.

Na interposição do recurso especial, é dever da parte recorrente indicar como violado ou como objeto de interpretação divergente dispositivo de lei federal com conteúdo normativo conexo com a matéria discutida na irresignação, sob pena de a deficiência das razões recursais atraírem o óbice da Súmula 284/STF: *É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia.*

Nesse sentido, cita-se precedente:

ADMINISTRATIVO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA AJUIZADA PELA DEFENSORIA PÚBLICA PARA ASSEGURAR TRATAMENTO MÉDICO A CIDADÃO CARENTE. CONDENAÇÃO EM VERBA DE SUCUMBÊNCIA. POSSIBILIDADE. ARTIGOS DE LEI TIDOS POR VIOLADOS QUE NÃO TÊM FORÇA NORMATIVA APTA À REFORMA DO ACÓRDÃO RECORRIDO. SÚMULA 284 DO STF. VIOLAÇÃO DO ART. 20, § 4º, DO CPC NÃO VERIFICADA. VERBA HONORÁRIA NÃO IRRISÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.

(...)

2. À luz da Súmula n. 284 do STF, **não se conhece de recurso especial na parte em que se alega violação a dispositivos de lei federal que não contêm comando normativo suficiente à conclusão do acórdão recorrido.** Nessa linha, não se conhece do recurso especial, quanto às alegadas violações dos arts. 17 e 18 da Lei n. 7.347/1985. (...) Agravo regimental improvido." (AgRg no Resp 1455414/AL, Rel. Ministro HUMBERTO MARTINS, SEGUNDA TURMA, julgado em 07/08/2014, DJe 15/08/2014) (sem grifos no original)

Segundo os autos, a Corte de origem manteve a sentença que, em sede de procedimento de liquidação no bojo de ação indenizatória movida pela ora recorrente, homologou laudo contábil, fixando a quantia devida pela recorrida.

Inconformada com o julgado de primeiro grau, a ora insurgente interpôs agravo de instrumento, por meio do qual pretendeu: (i) a realização de nova perícia; ou, sucessivamente (ii) a aplicação dos encargos de mora devidos.

Essencialmente, o Tribunal *a quo* rejeitou os pedidos, pois entendeu desnecessária a realização de nova perícia e, ainda, rejeitou a aplicação dos encargos moratórios, pois, conforme registrado no laudo contábil homologado, a demora na conclusão dessa fase ocorreu por culpa da autora, não da requerida, a qual pretendia a inclusão ressarcimento por serviços, o que não estava contido no título judicial, além do fato de a indenização ter sido calculada a partir do valor atualizado de mercado.

Cita-se o excerto correspondente (fl. 92 e-STJ, sem grifos no original):

Outrossim, conforme a conclusão do perito, acima transcrita, a demora na realização da perícia se deu em razão da autora trazer serviços a serem ressarcidos pela parte ré e que não estariam abrangidos pela condenação. Sem falar que houve perícia técnica na fase de conhecimento a partir da qual restou apurado os problemas a serem reparados pela requerida.

Nessa linha, realizar outra perícia, a meu ver, é totalmente sem sentido, bem

Superior Tribunal de Justiça

como reformar a sentença homologatória não vislumbro amparo. Digo isso, levando em conta que optou o agravante a realização de perícia sobre serviços que já tinha sido feito, bastava a ela apresentar o calculo do que gastou, cabendo a outra parte impugnar tal valor, se assim entendesse. Assim, manter as decisões agravadas é medida que se impõe.

Assim, ausente qualquer deliberação da Corte estadual acerca de conversão do procedimento ou adoção de regras diversas daquelas estipuladas no título judicial, incide, no ponto, o óbice contido na Súmula 284/STF.

3. Do exposto, nega-se provimento ao agravo em recurso especial.
Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 29 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO BUZZI
Relator